

# Advogado diz que concretizar o nosso desígnio marítimo exige várias condições

## Economia azul – um desígnio concretizável?

---

Nuno Antunes

---

O ressurgimento cíclico em Portugal das expectativas económicas relacionadas com atividades marítimas e marinhas é inescapável. A imutabilidade da geografia arreiga o país ao oceano. E, com a Convenção de Montego Bay, essa geografia converteu-se em titularidade a extensas áreas marítimas e ao aproveitamento económico dos seus (conhecidos e potenciais) recursos.

Falar de economia azul significa um 'produto marinho bruto anual' global da ordem de 2.000.000 M€ (excluindo produção petrolífera e eólicas). O valor equivalente para a UE ronda 500.000 M€. Indústrias e serviços conexos com o oceano geraram cerca de 3,5% do PIB europeu. Em Portugal, a economia azul terá contribuído para o PIB em 2,5% a 3%.

Não foi o acaso que fez o Presidente da República referir-se à sua recente visita à Noruega como "estratégica". A Noruega partilha com Portugal o acesso a extensas áreas oceânicas e a vocação

de mar. A diferença está, por exemplo, na economia azul. Excluído o petróleo, a economia azul contribui para o PIB norueguês em mais de 20%. Impõe-se a pergunta, portanto. Pode Portugal almejar, a longo prazo, a uma contribuição da sua economia azul para o PIB que reflita a sua oceanidade?

Esquecendo fatores que Portugal não controla, há aspetos em que se pode atuar de forma decisiva.

Portugal não tem condições para apostar em todos os sectores da economia azul. Sem prejuízo dos sectores tradicionais (turismo, pescas, indústrias de pescado, construção naval, portos, transportes marítimos), há que concretizar novas oportunidades (aquicultura, biotecnologia, biomateriais, energias renováveis, indústrias *offshore* e submarinas). É crítica uma orientação de especialização e valor acrescentado dos bens e serviços a criar, numa ótica de transacionabilidade internacional. A competitividade empresarial deve ser positiva e proativamente diferenciada. Sendo a economia azul de base científica e tecnológica, há que recriar e

reforçar o investimento no conhecimento e na inovação, ancorando-os em *spin-offs* 'universidade-empresa', centros de excelência e parcerias científico-tecnológicas internacionais, e desenvolvendo meios para transpor o *innovation gap*. A exposição internacional da economia azul portuguesa deve ser continuada e estruturada a longo prazo. Os interesses nacionais críticos para a nossa economia azul devem merecer proteção coordenada nos fora europeus e globais. Num cenário de restrição de investimento público, a execução dos fundos europeus no quadro 2014-2020 não pode deixar de ser maximizada (percentual e qualitativamente). Se possível, há que fomentar a bancabilidade de projetos. A simplificação administrativa (legislativamente já incorporada) deve passar aos atos, consolidando princípios de colaboração e transparência, combatendo morosidades inexplicáveis e descoordenações intersectoriais, e uniformizando interpretações e práticas públicas.

Desígnio? Sim. Concretizável?

Também, desde que.